

O CARÁTER IRRESTRITO DO PRINCÍPIO KANTIANO DE CAUSALIDADE

The unrestricted universality of Kant's principle of causality

Tiago Fonseca Falkenbach
tfalk@ufpr.br

Resumo: No presente artigo, defenderei uma interpretação *ontológica* do argumento kantiano em favor do princípio de causalidade, exposto na ‘Segunda Analogia’ da Experiência (*Crítica da Razão Pura*, A199-201/B244-6). Por interpretação ontológica, entendo uma reconstrução do argumento que procura justificar o princípio a partir de considerações sobre a *realidade* ou *natureza* do tempo, em vez de considerações sobre as relações semânticas ou epistêmicas com essa realidade. A ênfase sobre o tempo é decorrente da tese kantiana segundo a qual as analogias da experiência são regras da determinação universal do tempo. Argumentarei que a interpretação ontológica deve ser preferida às variantes semânticas ou epistemológicas, mais frequentes na literatura secundária, pois ela fornece a melhor explicação para o caráter irrestrito do princípio de causalidade.

Palavras-chave: Princípio de causalidade; Kant; interpretação ontológica; universalidade irrestrita.

Abstract: In this paper, I offer an *ontological* interpretation of Kant's argument for the principle of causality, as presented in his ‘Second Analogy’ of Experience (*Critique of Pure Reason*, A199-201/B244-6). By an ontological interpretation I understand a reconstruction of the argument which tries to justify the principle by means of considerations about the *reality* or *nature* of time, rather than through considerations about the semantic or epistemic relations to this reality. The emphasis on time is given to Kant's thesis that the analogies of experience are rules of general time-determination. I shall argue that the ontological interpretation is preferable to the more usual, semantical and epistemological varieties, because it offers the best explanation for the unrestricted universality of the principle of causality.

Keywords: Principle of causality; Kant; ontological interpretation; unrestricted universality.

Introdução

Matéria de prova da ‘Segunda Analogia da Experiência’ (*Crítica da Razão Pura*, A189-211/B232-256)¹, o princípio de causalidade reza que toda alteração tem uma causa.² Trata-se, segundo Kant, de um conhecimento *a priori*, o qual, como todo conhecimento dessa espécie, carrega a marca da necessidade ou universalidade

¹ A abreviação usual ‘*KrV.*’ será doravante adotada para as referências à *Crítica da Razão Pura*.

² Na primeira edição da *Crítica*, a proposição a ser provada leva o nome de “*princípio da produção*”, o qual reza que “[*t*]udo o que acontece (*começa a ser*) supõe alguma coisa a que ele sucede segundo uma regra” (*KrV.* A189). Na segunda edição, é chamado de “*princípio da sucessão temporal segundo a lei da causalidade*” e afirma que “[*t*]odas alterações acontecem segundo a lei da conexão entre causa e efeito” (*KrV.* B232). Apesar das diferenças de denominação e formulação, assim como diferenças no corpo da prova (já que Kant acrescenta, na segunda edição, dois novos parágrafos ao texto), as semelhanças são suficientes para garantir que se trata, nas duas edições, de um e mesmo princípio, o qual declara que todo evento é decorrente de uma causa.

irrestrita.³ Isso importa em afirmar que, necessária e invariavelmente, cada alteração ou evento (sucessão de estados de um objeto) seria resultado da atuação de uma causa.

Na literatura secundária, é extenso o debate sobre o alcance dos argumentos apresentados por Kant nessa seção. Uma questão recorrente é se tais argumentos seriam suficientes para fundamentar uma regularidade na natureza, isto é, que causas de mesmo tipo determinem a ocorrência de efeitos de mesmo tipo. A questão, na instrutiva formulação de Lewis White Beck, consiste em estabelecer qual é a tese que a ‘Segunda Analogia’ pretende demonstrar: o princípio ‘todo-evento-uma-causa’ ou o princípio ‘mesma-causa-mesmo-efeito’.⁴ A maioria dos intérpretes admite que o alvo do texto seria pelo menos o primeiro princípio. Destes, porém, são poucos os que discutem diretamente se os argumentos ali apresentados são suficientes para garantir o caráter necessário e irrestrito da tese.

No presente artigo, pretendo tratar desse último problema, menos debatido entre os intérpretes. Para tanto, examinarei inicialmente algumas propostas de reconstrução da argumentação kantiana fornecidas na literatura. Defenderei que tais reconstruções não são satisfatórias, pois não esclarecem como Kant pretende justificar o caráter irrestrito do princípio de causalidade. Baseado nessa discussão, vou propor, em um segundo momento, que o melhor caminho para a justificação do princípio consiste em um “*argumento a partir da natureza do tempo*”. A expressão remonta à quinta prova do princípio apresentado no texto da ‘Segunda Analogia’, conforme a divisão proposta por H.J.Paton (1970 p.253). A principal característica dessa prova está no fato que ela privilegia considerações sobre a *realidade* ou *natureza* do tempo, em detrimento de considerações sobre a *relação* dos sujeitos cognoscentes com essa realidade. Minha discussão, no entanto, não será exegética. Meu interesse está no espírito do texto, mais manifesto nas alíneas que perfazem “a quinta prova” (A199-201/B244-6), mas nem por isso incompatível os demais raciocínios apresentados na ‘Segunda Analogia’. Minha conclusão será que o argumento kantiano em favor do princípio de causalidade depende muito mais do que se poderia denominar ‘*uma metafísica do tempo*’ do que de uma investigação *epistemológica* ou *semântica* acerca das condições de nosso acesso cognitivo a uma realidade temporal.

³ *KrV*. B 3-4.

⁴ Beck (1978, p.120)

Interpretações semânticas, epistemológicas e ontológicas

Dividirei as interpretações que vou discutir em três grupos. O primeiro reúne as interpretações que denominarei de *semânticas*, as quais se caracterizam por compreender a argumentação kantiana como uma análise das condições para a *representação objetiva* de uma sucessão entre objetos ou, para ser mais exato, entre estados de um permanente. O segundo grupo compreende as interpretações que chamarei de *epistemológicas*, assim denominadas por conceberem a argumentação kantiana como uma análise das condições para o *conhecimento* (entendido como crença verdadeira justificada) de uma sucessão entre objetos. O terceiro grupo compreende interpretações que chamarei de *metafísicas* (ou *ontológicas*), uma vez que propõem que o princípio de causalidade estaria baseado em um exame, não de condições de nossa referência a ou conhecimento da sucessão entre objetos, mas sim de condições *dos próprios objetos* relacionados temporalmente.

Essa divisão tripartite tem fundamentalmente o propósito de organizar o exame que farei das interpretações. Em certa medida, a divisão é artificial, pois, como poderemos observar, interpretações semânticas também contêm considerações de natureza ontológica, muito embora esse fato nem sempre seja destacado pelos seus defensores.⁵

Tomarei a interpretação de Henry Allison como paradigmática de uma interpretação *semântica*. Segundo o autor, o argumento kantiano na ‘Segunda Analogia’ baseia-se na apresentação dos recursos cognitivos necessários para representação de um evento ou sucessão entre objetos⁶. O argumento consiste em elencar as representações

⁵ Essa divisão foi inspirada em uma distinção análoga proposta por Eric Watkins, que opõe três modelos de interpretação das ‘Analogias da Experiência’: o modelo analítico, o modelo epistemológico (que compreenderia, por sua vez, uma versão fenomenológica e uma versão de justificação) e o modelo epistemológico-metafísico. Ver Watkins (2005, pp.198-200).

⁶ Na ‘Primeira Analogia’, Kant defende que todo evento (tudo o que ocorre na natureza) é alteração do estado de um permanente. A reconstrução que Allison faz da ‘Segunda Analogia’ não explora essa noção de permanência ou identidade do substrato da mudança. Em vez disso, sua interpretação dá ênfase ao caráter independente dos estados de objetos em relação à representação desses estados, ou melhor, à oposição fundamental entre a sucessão dos estados representados e a sucessão de representações. Desse modo, empregarei a expressão ‘sucessão entre objetos’, em lugar da expressão ‘evento’, pois aquela torna mais explícito o foco de Allison. Ademais cumpre notar que uma sucessão entre objetos pode compreender tanto a sucessão *entre eventos* (por exemplo, o soar de um violino seguido da execução de acordes em um bandoneon), quanto a sucessão *entre coisas* (existentes por períodos determinados). Tomo o último caso como podendo compreender tanto a sucessão entre estados de um permanente (por exemplo, uma porção de água em estado sólido seguida da mesma porção em estado líquido), quanto a sucessão entre coisas que não consideramos estados de um mesmo permanente (por exemplo, a existência sucessiva entre dois seres humanos sem vínculo sanguíneo). Por fim, prefiro a expressão ‘sucessão entre

que devem ser acrescentadas a uma sucessão de percepções, para que possamos representar uma sucessão entre objetos. Sendo assim, o argumento revelaria que espécie de representação faz a diferença entre uma sucessão entre representações e a representação de uma sucessão entre objetos. Allison sintetiza o argumento nos seguintes passos:

- (1) Toda percepção de evento requer sucessivas percepções de um objeto;
- (2) Mas esta é meramente uma condição necessária e não uma condição suficiente de uma percepção de evento. Esta última requer também a percepção de estados ou determinações de objetos sucessivas e (como toda apreensão é sucessiva), isto nunca pode ser determinado com base no caráter sucessivo das próprias percepções;
- (3) Para considerar uma sucessão de percepções como percepções de estados ou determinações sucessivas de um objeto, é necessário considerar sua ordem como irreversível;
- (4) Considerar as percepções desse modo é justamente subsumi-las sob uma regra *a priori*, que, nesse caso, deve ser o esquema da causalidade;
- (5) Como condição da possibilidade da experiência de uma sucessão objetiva, o esquema é também uma condição da sucessão ela mesma (como um objeto da experiência possível). (Allison 2004, p.252)

Não considerarei aqui os dois primeiros passos dessa reconstrução, pois, ainda que as teses ali expressas não estejam livres de controvérsia, creio que não apresentam dificuldades fundamentais. Ademais, o leitor familiarizado com os exemplos de situações perceptivas discutidos por Kant (percepção das partes da casa, por oposição à percepção do movimento de um navio) saberá identificar as razões que podem ser oferecidas em favor das duas primeiras proposições.

O passo (3) deixa claro que o elemento cognitivo (representacional) que nos permite distinguir a mera sucessão de representações da sucessão entre objetos e, assim, falar de “*uma sucessão de percepções como percepções de estados (...) sucessivos de um objeto*” é o mesmo elemento que nos permite pensar a sucessão de percepções como irreversível. Contudo, como Allison bem observa, a intenção de Kant não é apresentar a irreversibilidade entre certas percepções como *critério para o conhecimento* da sucessão entre objetos (Allison, 2004: p.251). O conhecimento de objetos não depende de um conhecimento, por inspeção, sobre certa propriedade (a irreversibilidade) de nossas representações.⁷

objetos’ à expressão, usada por Kant e por muitos intérpretes, ‘sucessão objetiva’, pois esta última contém uma ambiguidade, podendo significar tanto uma sucessão no domínio do representado (entre *objetos*), quanto uma sucessão de *representações* que represente uma sucessão entre objetos.

⁷ A observação de Allison deve ser lida como uma resposta à objeção que P.F.Strawson dirige a Kant, segundo a qual a prova da ‘Segunda Analogia’ envolveria um “*non sequitur of numbing grossness*” (Strawson, 1966: p.85). A crítica de Strawson consiste na acusação de que Kant estaria inferindo

Mas Allison parece sustentar algo ainda mais forte: a *alusão* à irreversibilidade não é condição nem mesmo da *representação* de uma sucessão entre objetos.⁸ A irreversibilidade das percepções não seria algo que necessariamente representamos ao representar uma sucessão entre objetos, mas algo que caracteriza nosso modo de conectar as percepções. A irreversibilidade é antes uma característica do *modo de representação* do que algo que vem a ser *representado*.

Se essa leitura é correta, então devemos dizer que a referência à irreversibilidade no argumento kantiano é simplesmente uma maneira de dizer que há certas restrições sobre o que pode ser uma representação da sucessão entre objetos. Não podemos combinar as percepções de qualquer modo. É preciso combiná-las como se fossem irreversíveis. Todavia, para combiná-las como se fossem irreversíveis, não é necessário que *sejam* representadas como se fossem irreversíveis, ainda que seja requerido que as *possamos* representar assim.

O próximo passo do argumento, proposição (4), consiste na constatação de que combinar as percepções deste modo, isto é, como se fossem irreversíveis, é submetê-las a uma regra. Se não combinamos as percepções de qualquer modo (isto é, arbitrariamente), se as combinamos de tal modo que elas serão, caso reflitamos sobre sua ordem, consideradas irreversíveis, é porque sua combinação respeita certa condição e, nessa medida, está submetida a uma regra.

Até aqui, a meu ver, a reconstrução proposta por Allison é inteiramente compreensível. As coisas tornam-se mais obscuras a partir da observação, ainda no passo (4), de que a regra a que as percepções (que representam uma sucessão entre objetos) estariam submetidas é uma regra *a priori*, mais precisamente, o esquema da causalidade.

A dificuldade, em primeiro lugar, é conferir sentido à afirmação que as próprias percepções estão ordenadas em conformidade com o esquema da causalidade. Provavelmente, Allison não quer dizer que submeter as percepções a uma regra significa pensá-las como causa ou efeito umas das outras, pois isso tornaria inválido o próximo passo do argumento, a proposição (5). Nessa leitura, Kant estaria defendendo

invalidamente (i) da relação necessária entre a ordem das representações e a ordem dos estados de objetos que causam essas representações (ii) à relação necessária entre os próprios estados de objetos. A leitura de Strawson pressupõe, assim, que, para Kant, o conhecimento das relações entre estados de objetos dependeria de um conhecimento sobre a relação entre as representações de tais estados.

⁸ “Como, então, devemos entender a irreversibilidade? A resposta curta é que ela caracteriza o modo em que nós conectamos percepções no pensamento (a unidade objetiva da apercepção), enquanto nós representamos *através* delas uma sucessão objetiva.” (Allison 2004, p.251).

que uma relação causal entre percepções *implicaria* uma relação causal entre os objetos percebidos, o que não é uma inferência válida. Parece-me que Allison tampouco está afirmando que submeter percepções a uma regra significa pensá-las como efeito dos objetos que elas representam, já que isso também tornaria inválido o quinto passo do argumento. Nessa segunda versão, Kant estaria defendendo, falaciosamente, que o fato de percepções serem efeito de seus objetos implicaria uma relação causal entre os objetos percebidos. Parece restar, assim, apenas a seguinte leitura da proposição (4): submeter as percepções ao esquema da causalidade significa tão somente empregá-las de maneira a representemos, com ou por elas, uma sucessão entre objetos; em outras palavras, submeter as percepções à regra da causalidade é simplesmente empregá-las de modo a representarmos um evento.

Essa última paráfrase, no entanto, leva-nos novamente a uma dificuldade de compreensão do quinto e último passo do argumento. Poderíamos indagar: por que o fato de empregarmos as percepções para representar um evento (e, assim, subsumirmos a sucessão das percepções a uma regra) determinaria que subsumimos o próprio evento a uma regra? Já vimos que submeter as percepções ao esquema da causalidade não pode significar o mesmo que submeter os objetos representados ao esquema da causalidade. Submeter as percepções ao esquema é usá-las para representar um evento. Submeter os objetos ao esquema não pode significar que os empregamos para representar algo. Dizer que os objetos representados estão submetidos ao esquema da causalidade deve significar que seus estados constituem um evento que está determinado causalmente. Ora, se submeter as percepções à regra significa usá-las de modo a representar um evento, por que a condição para que isso ocorra é que o próprio evento seja determinado causalmente, conforme propõe o passo (5) do argumento? Não seria muito mais razoável afirmar que a condição para submetermos as percepções à regra seja simplesmente o fato de que representamos um evento? Afinal, não seria o fato de subsumirmos percepções a uma regra inteiramente compatível com o fato de o evento representado ser indeterminado causalmente, isto é, fruto do acaso?

A explicação que Allison dá ao último passo do argumento é extremamente sucinta e, a meu ver, insuficiente para dirimir a dificuldade:

O passo final é a passagem da subsunção de percepções à regra para a subsunção do próprio evento [à regra]. Embora este seja claramente o passo chave, dado que ele é requerido para assegurar a realidade objetiva da regra, ele

é também o passo mais frequentemente mal compreendido. [...] Mais uma vez, [...] a subsunção de percepções sob uma regra não pode ser entendida como o meio de tornar as percepções, elas mesmas, em objetos, mas antes como a base para conceber uma ordem temporal objetiva distinta nessas e através dessas percepções. Mas, ao fazer isso, nós estamos necessariamente pensando a ordem objetiva de acordo com uma regra. De fato, o princípio em operação aqui é aquele que é fundamental à Analítica como um todo: “As condições de possibilidade da experiência em geral são ao mesmo tempo condições da possibilidade dos objetos da experiência” (A158/B197). (Allison 2004, pp.251-2)

Parece-me claro que um apelo, nesse momento, ao princípio kantiano da identidade entre condições da experiência e condições dos objetos da experiência não é o que permite responder à dificuldade apresentada anteriormente. Com efeito, vimos que submeter as percepções ao esquema da causalidade é algo fundamentalmente distinto de submeter o que é representado por tais percepções a essa regra causal. Além disso, para Kant, as percepções só constituem uma *experiência* quando já conectadas segundo regras *a priori* e o problema em questão é justamente explicar por que *esta* condição da experiência (conexão das percepções segundo uma regra) determina uma *outra* condição dos objetos da experiência (conexão entre objetos segundo a relação de causa e efeito).

Nesse ponto, considero a interpretação de Béatrice Longuenesse mais explicativa que a de Allison. As reconstruções do argumento kantiano propostas por esses dois intérpretes são muito próximas, especialmente no que diz respeito à análise dos primeiros passos. Veremos, no entanto, que há diferenças significativas concernentes aos últimos passos. Para tanto, consideremos rapidamente a reconstrução de Longuenesse:

- 1) Nossa apreensão é sempre sucessiva (premissa).
- 2) Isso, por si mesmo, não nos diz se a sucessão de percepções em nossa apreensão é a percepção de uma sucessão objetiva (uma mudança de estados objetivos) (premissa).
- 3) Nós temos experiência da sucessão em nossa apreensão como a percepção de uma sucessão objetiva apenas no caso em que consideramos a sucessão subjetiva como determinada em sua ordem (i.e., nós sabemos que não poderíamos reverter a ordem de nossas percepções e perceber A depois de, em vez de antes de, perceber B; ou melhor, nós somos conscientes, enquanto percebemos B, de que, caso voltássemos nosso olhar, naquele instante, para o ponto em que percebemos A, não perceberíamos A naquele lugar) (premissa).
- 4) Nós consideramos a sucessão subjetiva <A, B> como determinada em sua ordem apenas no caso em que, ao relacioná-la a um objeto, reconhecemos uma mudança de

- estados no objeto, o que significa que nós pressupomos que $\langle A, B \rangle$ segue de um estado objetivo precedente de acordo com uma regra. (premissa).
- 5) Portanto, nós percebemos uma sucessão como uma sucessão objetiva (uma mudança de estados em um objeto) apenas no caso em que pressupomos um estado precedente a partir do qual ela segue de acordo com uma regra. (de 3 e 4).
 - 6) Portanto, toda sucessão objetiva (todo evento) pressupõe algo a partir do qual ela segue de acordo com uma regra (de 5). (Longuenesse 2005, pp.158-9)

Como se pode observar, as três primeiras proposições espelham diretamente os três primeiros passos da reconstrução de Allison. Em compensação, a proposição 4) difere do quarto passo daquela reconstrução, na medida em que considera que o que é submetido à regra da causalidade são os estados de objetos.⁹ Desse modo, Longuenesse não afirma que as percepções são subsumidas ao esquema da causalidade e, de certo modo, condensa, na proposição 4), o quarto e quinto passos da reconstrução de Allison. Além disso, a intérprete acrescenta um sexto passo no argumento, a fim de destacar, como veremos, precisamente o problema que ficou em aberto na análise de Allison.

A explicação de Longuenesse para a proposição 4) revela um maior cuidado em esclarecer por que a representação de um evento (sucessão entre estados de um objeto) depende da subsunção de objetos a regras. Basicamente, sua explicação reproduz o argumento positivo que P. F. Strawson (1966 pp.47-49) julga ser possível resgatar no complexo de teorias que constituem a ‘Analítica Transcendental’: um argumento em favor da aplicabilidade das categorias de substância e causalidade aos objetos da experiência que parte do exame das condições para a distinção entre representações empíricas e seus objetos. Reproduzo, a seguir, em linhas gerais, o argumento.

O que é mera aparência ou meramente imaginado não possui propriedades temporais distintas de suas representações. Para que haja uma distinção entre as representações e o que elas representam (seus conteúdos ou “acusativos”), isto é, para que nossa experiência não se reduza a uma experiência de meros dados dos sentidos, deve ser possível pensar uma distinção temporal entre a ordem das representações e a ordem do que é representado. Isso exige, em particular, a possibilidade de pensarmos que objetos permaneçam quando suas representações deixarem de existir. Disso se segue que a possibilidade de representar objetos temporais depende da possibilidade de

⁹ Isso é evidente, apesar da ambiguidade no uso que Longuenesse faz da notação $\langle A, B \rangle$. Em primeiro lugar, a expressão é empregada para referir a uma sucessão subjetiva. Em seguida, ao afirmar que “ $\langle A, B \rangle$ segue de um estado objetivo precedente segundo uma regra”, a expressão refere a uma sucessão entre estados de objetos. É o que permite à autora tratar essa sucessão, na proposição 5, como “uma sucessão objetiva (uma mudança de estados de um objeto)”.

pensarmos substâncias (o que permanece em detrimento da extinção de suas representações). Ora, a representação da permanência depende da representação de *modos* de permanência, isto é, de condições que determinem quando algo permanece o mesmo. Isso demanda não apenas uma capacidade para pensar características permanentes, mas também que tenhamos algum conhecimento das condições para a mudança das características alteráveis do permanente. Em particular, devemos saber quais características tendem a mudar, se certas outras permanecem. Se a própria alteração não for regrada, não haverá como guiar-se pela permanência de características para determinar a permanência de objetos. Sem uma ideia sobre as condições (prováveis e improváveis) para alteração, não é possível determinarmos se uma característica novamente representada é a característica de um mesmo objeto que permanece. Mas, para representarmos condições para alteração, pressupomos certa regularidade na natureza, segundo leis causais.¹⁰

Para os meus propósitos nesse artigo, não é importante avaliar a cogência desse argumento. O que interessa, em primeiro lugar, é destacar que a explicação de Longuenesse para a exigência de subsumir os estados sucessivos a uma regra causal é inteiramente distinta daquela apresentada por Allison. Em segundo lugar, e mais importante, Longuenesse reconhece que essa explicação não é suficiente para garantir a universalidade irrestrita da regra de causalidade que Kant anuncia como objeto de prova na ‘Segunda Analogia’. Ainda que o argumento reproduzido anteriormente seja capaz de justificar que a representação de objetos pressupõe a representação de algumas regularidades causais, ele não seria suficiente para garantir que *toda* evento (toda sucessão entre estados de objetos) depende de uma causa.¹¹

[O] argumento, entendido dessa maneira, ainda permite-nos dizer, no máximo, que deve haver um grau razoável de regularidade nas aparências para que nós sejamos capazes de identificar qualquer evento, ou mudança de estados de um objeto. Ele não nos permite afirmar que, para cada evento dado, há uma regra e, portanto, o antecedente de uma regra e, portanto, uma causa. (Longuenesse 2005, p.169).

É o reconhecimento da insuficiência do argumento strawsoniano que leva Longuenesse a acrescentar, em sua reconstrução, um sexto passo. Com isso, ela pretende destacar que a prova da universalidade irrestrita do princípio de causalidade

¹⁰ Ver Longuenesse (2005, pp.165-6).

¹¹ Ver Longuenesse (2005, pp.168-9).

requer considerações que não foram introduzidas até o momento. Segundo a intérprete, tais considerações baseiam-se não mais na natureza discursiva de nossa cognição, o que foi a característica dos primeiros cinco passos do argumento, mas sim na natureza da intuição *a priori* do tempo. Infelizmente, o comentário de Longuenesse sobre esse último movimento argumentativo é mais o anúncio de um projeto de interpretação que propriamente o desenvolvimento de uma explicação. Para além da declaração genérica de que a prova kantiana depende, nesse ponto, de um exame das condições da unidade e continuidade do tempo, a explicação mais detalhada que podemos encontrar em seu texto são as seguintes palavras:

[D]e acordo com Kant, a preservação em todo tempo das regras, atestadas empiricamente, de correlação de eventos e estados de coisas (e, portanto, sua necessidade estrita) é uma condição transcendental da representação de objetos, i.e., dos próprios objetos enquanto aparências. Pois, apenas através da preservação de correlações empíricas através do tempo, pode a unidade, a continuidade e a ordem de nossa intuição temporal pura ser confirmada em objetos empíricos de conhecimento (aparências). (Longuenesse 2005, p.174)

Apesar do caráter hermético dessa passagem, creio que a direção a que a interpretação de Longuenesse aponta é correta. Acredito também que, propriamente desenvolvida, essa leitura leva-nos a uma reconstrução nos moldes da “*prova a partir da natureza do tempo*”. Antes, porém, de indicar como julgo poder ser desenvolvida essa interpretação, o que, de minha parte, também não será mais do que o anúncio de um projeto, gostaria de examinar, muito rapidamente, duas outras interpretações da ‘Segunda Analogia’, características dos outros dois modelos de interpretação que mencionei inicialmente, os modelos epistemológico e ontológico. Veremos que essas interpretações padecem do mesmo problema enfrentado pelas interpretações semânticas de Allison e Longuenesse: não são capazes de indicar satisfatoriamente como Kant poderia justificar a universalidade irrestrita do princípio de causalidade.

Tomarei como caso paradigmático de interpretação *epistemológica* a interpretação de Paul Guyer. Para não perder o foco da questão que aqui me interessa, desconsiderarei diversos detalhes da análise de Guyer e resumirei os passos centrais de sua reconstrução conforme o exame feito por Eric Watkins. Isso me permitirá compará-la mais facilmente com a próxima modalidade de interpretação, o modelo *ontológico*,

cujo exemplo paradigmático será justamente a interpretação de Watkins. Passemos, então, à reconstrução de Guyer:

- P1: A apreensão de objetos (a ordem subjetiva de percepções) é sempre sucessiva;
 P2: Há uma distinção entre a ordem subjetiva de percepções e os estados sucessivos de um objeto, de modo que nenhuma inferência imediata da primeira aos segundos é possível.
 C1: Não se pode inferir imediatamente a sucessão objetiva a partir da ordem sucessiva das percepções (de P1 e P2)
 P3: Para termos conhecimento de uma sucessão objetiva, precisamos recorrer a uma regra que determine que um dos estados representados deve suceder o outro estado representado. Apenas a partir de uma regra que diz que um dos estados representados *deve* suceder o outro, pode-se inferir que ele *de fato* sucede o outro.

[...]

- P4: Uma regra que determina que, em uma situação dada, um estado de coisas deve suceder outro estado é justamente o que Kant entende por uma lei causal.
 C2: Para termos conhecimento dos estados sucessivos de um objeto, os estados sucessivos do objeto devem ser dependentes de uma causa, isto é, devem submeter-se a uma regra causal. (de P3, P4 e C1)¹²

Tal interpretação é denominada *epistemológica* porque introduz a regra causal como condição do *conhecimento* de uma sucessão entre objetos. Em seu comentário sobre a reconstrução de Guyer, Watkins observa que a premissa P3 é injustificada, por apresentar uma condição excessiva para o conhecimento de um evento ou sucessão entre estados de objetos.¹³ Uma regra que determine que um estado de objeto *necessariamente* segue outro estado de objeto, embora suficiente para concluir que a sucessão dos estados ocorre, não é uma condição necessária para essa conclusão. Para sabermos que uma sucessão entre estados de objeto ocorreu, não precisamos supor uma regra que determine que um dos estados segue o outro *com necessidade*. Em vez disso, tudo o que é requerido é uma regra que determine que um estado segue o outro. Essa regra seria *causal*, na medida em que estabelece certa condição para ocorrência da sucessão entre estados de objeto. Ela determinaria que, dada certa condição, um dos estados sucede o outro estado. Assim, a necessidade determinada pela regra é puramente *condicional* e diz respeito à relação entre a condição e a sucessão de estados de objetos. A regra causal não estabelece a necessidade (absoluta) da sucessão entre os próprios estados de objeto.

¹² Watkins (2005, pp.210-1).

¹³ Watkins (2005: p.211).

Tendo em vista esse problema, Watkins propõe uma leitura alternativa do argumento kantiano. Sua reconstrução resulta diretamente de uma substituição das premissas P3 e P4 pelas seguintes proposições:

P3*: Para termos conhecimento de uma sucessão objetiva, os estados de objeto devem estar sujeitos a uma regra que os determina como sucessivos.

P4*: Qualquer regra que determine uma sucessão objetiva deve incluir uma relação de condição a condicionado, i.e., a relação de dependência causal de estados sucessivos em relação a uma causa.¹⁴

Essas premissas, juntamente com a conclusão C1, são suficientes para obtenção do resultado final, C2. Desse modo, Watkins observa que a demonstração kantiana do princípio de causalidade não demanda a pressuposição de regras causais que estabeleçam vínculos necessários entre estados de um objeto. A regra causal justificada pela prova kantiana não imporia, aos estados que constituem um evento, que um dos estados suceda necessariamente o outro estado. Tudo que a regra impõe é que a sucessão aconteça.

No que diz respeito à compreensão da regra causal, a interpretação de Watkins está mais próxima das leituras de Allison e Longuenesse, que, em nenhum momento, sugerem que a causa de um evento torne o próprio evento algo necessário, isto é, que a causa torne necessária a sucessão dos estados do objeto. No entanto, Watkins distancia-se desses dois intérpretes, na medida em que apresenta a regra causal como uma condição do *conhecimento* e não da mera *representação* de uma sucessão entre objetos. Isso acaba, a meu ver, por enfraquecer sua interpretação, pois torna mais difícil compreender como a conclusão do argumento permitiria mostrar que, irrestritamente, *todo evento*, e não apenas os *eventos conhecidos*, tem uma causa. Ao fim e ao cabo, portanto, a interpretação de Watkins é sensível ao mesmo problema que apontei nas interpretações de Allison e Longuenesse: não é suficiente para garantir a validade irrestrita do princípio de causalidade.

Watkins (2005: pp.201-2 e pp.213-4). classifica sua própria interpretação como uma interpretação *epistemológico-metafísica*. Epistemológica, porque parte de uma análise das condições de conhecimento da sucessão entre objetos, o que fica claro pelo

¹⁴ Ver Watkins (2005: pp.210-1). Há uma ligeira diferença entre a notação empregada por Watkins e a aquela que emprego no presente artigo. A diferença deve-se apenas a uma variação na ordem de exposição e não afeta o conteúdo exposto. Watkins utiliza as expressões '[P3*]' e '[P4*]' para referir-se à terceira e quarta premissas da reconstrução de Guyer, enquanto reserva a notação mais simples, 'P3' e 'P4', para referir-se às premissas substitutivas de sua própria reconstrução.

enunciado da premissa P3*. Metafísica, porque enfoca condições *ontológicas* desse conhecimento, isto é, condições que dizem mais propriamente respeito à natureza do objeto do conhecimento do que ao sujeito que conhece. Embora sua interpretação padeça do mesmo problema que identifiquei nas interpretações ‘semânticas’, creio que as observações sobre o caráter ontológico de sua interpretação nos fornecem uma pista para uma resposta à dificuldade:

Se [...] as determinações temporais pertencem aos objetos apenas através de seus estados ou características (justamente como era o caso em seu período pré-Crítico), então os fundamentos reais das determinações temporais de objetos que Kant está procurando na Segunda Analogia devem ser fundamentos reais daquelas determinações de objetos que envolvem seus estados ou características. (Watkins, 2005, p. 214)

O enunciado contido nessa passagem tem a forma condicional. Watkins dá a entender que Kant acataria tanto o antecedente quanto o seu conseqüente. O antecedente diz que as determinações temporais seriam dependentes, ontologicamente, das determinações dos estados dos objetos. Em outras palavras, a realidade das determinações temporais dependeria da realidade do que ocupa um lugar no tempo, uma vez que o tempo não teria determinações por si mesmo. Já o conseqüente informa que essa relação de dependência se estende ao suposto fundamento das determinações temporais dos objetos: tais propriedades teriam por base fundamentos reais das propriedades não temporais dos objetos (dos “*estados ou características*” mencionados no texto citado).

Watkins (2005: pp.213-4). emprega esse condicional para justificar a terceira premissa do argumento kantiano, a premissa P3* segundo sua reconstrução. Se há conhecimento das propriedades temporais dos objetos e é verdadeiro o condicional em questão, então deve haver um fundamento real de propriedades não temporais (“*estados ou características*”) que seriam a condição ontológica daquelas propriedades temporais. Essa é, em síntese, a justificativa fornecida para a premissa P3*. A premissa P4*, por sua vez, é justificada a partir do breve comentário que “*os fundamentos de determinações de estados de objetos são simplesmente as causas daqueles estados*” Dadas as duas premissas, P3* e P4*, é possível inferir, por transitividade, a conclusão C2: para termos conhecimento dos estados sucessivos de um objeto, tais estados devem ser dependentes de uma causa.

Essa justificativa das premissas deixa ainda uma série de questões em aberto. Em primeiro lugar, não está claro em que sentido exatamente as determinações temporais dependeriam dos estados ou características (não temporais) dos objetos. A dependência é formulada no antecedente do condicional citado anteriormente, mas pouco é acrescentado para esclarecê-la. Em segundo lugar, o uso que é feito daquele condicional para a justificação da premissa P3* parece depender da pressuposição do próprio princípio que se pretende demonstrar, o princípio de razão suficiente ou de causalidade. Com efeito, o condicional garante apenas que a relação de dependência entre determinações temporais e não temporais de objetos estende-se para os fundamentos dessas relações, *se é que há fundamentos para tais determinações*. O condicional, por si só, não garante que haja fundamentos para as determinações de objetos. O máximo que ele garante é que as determinações não temporais de objetos (“*estados ou características*”) seriam fundamentos para as determinações temporais. Mas isso é insuficiente para estabelecer a conclusão (C2), a qual pressupõe que deve haver um fundamento para as próprias determinações não temporais dos objetos. Por fim, talvez não seja excessivo repetir, resta ainda a questão sobre o alcance do argumento. Se a conclusão é que, para haver conhecimento dos estados sucessivos de objetos, deve haver uma causa desses estados, como isso poderia garantir que *todos* os estados sucessivos de objetos, e não apenas os estados *conhecidos*, possuem uma causa? É perfeitamente compatível com a conclusão C2 supor que algumas sucessões de estados não teriam uma causa. Tais sucessões não seriam conhecidas, já que, conforme C2, apenas sucessões causadas seriam objeto de conhecimento. Mas dizer que não seriam conhecidas não é dizer que seriam impossíveis.

O caráter sucinto das observações de Watkins dificulta a compreensão de como o intérprete poderia sanar essas dificuldades. Em uma avaliação mais atenta do texto, no entanto, é possível obter pelo menos uma resposta preliminar à terceira e última questão, que constitui o problema central discutido no presente artigo. Note-se que, na reconstrução proposta por Watkins, nenhum uso substancial é feito da suposição que a sucessão de estados de objetos é uma *sucessão de que temos conhecimento*. Ao que tudo indica, todo papel que a noção de conhecimento desempenha ali é garantir que *há* uma sucessão de estados de objetos; pois, como o conhecimento é factivo, se há conhecimento da sucessão, a sucessão ocorre. De resto, o argumento transcorre a partir de uma análise das condições ontológicas (isto é, da existência) da sucessão de estados

de objetos, em conformidade com o condicional já mencionado. Ora, se a função da noção de conhecimento é ali simplesmente garantir a realidade da sucessão de estados de objeto, Watkins poderia argumentar diretamente a partir da suposição dessa realidade, a fim de mostrar que, *qualquer que fosse* a sucessão de estados de objetos, ela dependeria de uma causa. Para tanto, bastaria admitir que a relação de dependência entre as determinações temporais e não temporais de objetos diz respeito não apenas às determinações temporais de que temos conhecimento, mas sim a toda e qualquer determinação temporal.

Isso levaria a uma reconstrução do argumento kantiano formalmente distinta da que é proposta por Watkins. A vantagem imediata dessa nova reconstrução é que a conclusão do argumento poderia, finalmente, afirmar o princípio de causalidade em sua forma irrestrita, como válido para todo e qualquer evento. Porém, essa só é uma vantagem real, se for possível responder às duas outras dificuldades apontadas acima: (i) sobre o caráter da dependência entre as determinações temporais e não temporais de objetos e (ii) sobre a aparente petição de princípio envolvida na suposição de que as determinações não temporais de objetos demandam um fundamento. Na próxima seção, apresentarei rapidamente três propostas para solução dessas dificuldades. As duas primeiras serão prontamente rejeitadas, mas sua consideração servirá ao propósito de esclarecer de que modo a terceira proposta é superior às demais.

Três modelos de interpretação ontológica

A seguir, passo à exposição e discussão de três alternativas de interpretação *ontológica* do argumento kantiano em favor do princípio de causalidade. O que responde pelo caráter ontológico dessas interpretações é o papel central atribuído à suposição de que as determinações temporais, sejam elas determinações do próprio tempo ou de objetos no tempo, dependem das determinações não temporais dos objetos. Uma possível base textual para essa premissa é a afirmação, enunciada repetidamente ao longo das ‘Analogias da Experiência’, segundo a qual “*o tempo não pode ser percebido por si mesmo*” (*KrV*. B233)¹⁵. Embora esse enunciado diga respeito à *percepção* do tempo, uma interpretação ontológica do argumento poderá defender que a

¹⁵ Ver também *KrV*. B219, B225, B257.

referida limitação de nossa percepção deve-se antes à natureza do percebido (tempo) do que à natureza daquele que percebe.

Já a diferença entre as interpretações consistirá no modo como elas explicam aquela relação de dependência. A *primeira* interpretação resulta da suposição de que a própria ordem entre os instantes temporais é dependente da relação entre os estados de objeto. Ora, é possível conceber que os instantes do tempo estão relacionados de maneira necessária, de modo que um instante é necessariamente anterior ou posterior a outro instante. Para Kant (KrV. A32/B47)., essa necessidade não se reduz à necessidade lógica, expressa por um juízo analítico. Convém distinguir dois sentidos em que podemos dizer que a relação de anterioridade (ou posterioridade) entre instantes é necessária:

- (i) Necessariamente (o instante anterior é anterior ao instante posterior)
- (ii) Necessariamente (este instante é anterior àquele instante)¹⁶

Enquanto (i) é um enunciado analítico, baseado em uma análise dos conceitos de *anterior* e *posterior*, é razoável admitir que, para Kant, o enunciado (ii) seria sintético *a priori*.

O argumento prosseguiria com uma consideração sobre os fundamentos dessa necessidade não lógica expressa no enunciado (ii). Se a determinação do tempo deve estar fundada em determinações daquilo que preenche o tempo (os objetos e seus estados), então seria o caso de admitirmos que a relação necessária entre instantes do tempo deve estar fundada em relações daquilo que ocupa esses instantes, relações entre os estados de objetos. Assim, a necessidade da relação entre instantes expressa em (ii) deve estar fundada em certa necessidade da relação entre estados de objetos. Mas essa segunda necessidade parece exigir uma *relação causal* que determine a sucessão entre aqueles estados. Afinal, como se pode entender que um estado A seja *necessariamente* sucedido por um estado B, a menos se admita uma causa que determine que o estado B seja produzido a partir do estado A?

Para complementar o argumento, restaria explicar de que modo ele poderia garantir o caráter universal irrestrito do Princípio de Causalidade. Como, para toda

¹⁶ O uso de parênteses nesses enunciados, bem como nos enunciados (iii) e (iv) apresentados abaixo, tem o propósito de tornar mais explícito o escopo do operador de necessidade.

sucessão de estados de objetos, há uma sucessão de instantes correspondente, seria forçoso admitir, seguindo a mesma linha de raciocínio, que a necessidade dessa sucessão entre instantes está fundada na necessidade da sucessão dos estados do evento. Sendo assim, todo e qualquer evento estaria determinado causalmente.

Se isso é correto, tudo leva a crer, no entanto, que a regra causal estabeleceria uma relação necessária entre os estados de objetos e não apenas uma necessidade *condicional* entre a causa e a sucessão de estados que constitui um evento. Afinal, para justificar o enunciado (ii), não bastaria reconhecer que: (iii) Necessariamente (dada a causa C, o estado A é sucedido pelo estado B). Seria preciso admitir o enunciado mais forte: (iv) Necessariamente (o estado A é sucedido pelo estado B). Assim, mesmo que a leitura recém apresentada permitisse justificar a validade irrestrita do princípio de causalidade, ela pagaria o preço de demonstrar uma tese demasiadamente forte: que toda causa determina que um evento seja necessário. Essa tese contraria, porém, a solução que Kant apresenta ao quarto conflito antinômico da razão pura, quando rejeita que haja, no mundo dos sentidos, “*uma necessidade incondicionada com respeito a qualquer uma de suas propriedades*”.¹⁷

Uma interpretação ontológica alternativa do argumento da ‘Segunda Analogia’ deverá evitar tal atribuição de incoerência a Kant. A *segunda* interpretação que pretendo examinar evita essa conclusão, ao propor que a irreversibilidade entre os estados de objetos que compõem um evento pode ser explicada em termos de uma necessidade condicional. A ideia fundamental seria compreender a irreversibilidade a partir da análise das condições da singularidade dos estados de objeto que constituem determinado evento.

Antes de tudo, é preciso compreender que essa irreversibilidade é característica de estados singulares, e não dos estados concebidos em abstrato, isto é, de maneira geral. Nada impede, por exemplo, que um navio que tenha descido a corrente de um rio volte à situação inicial, à posição mais acima no leito do rio. Teríamos, assim, uma sucessão de estados A-B-A, sendo A a posição do navio mais acima do rio e B sua posição mais abaixo. Facilmente se constata que não há irreversibilidade entre os estados do navio, caso os consideremos de maneira geral, em conformidade com a anterior descrição dada aos estados A e B: *estar mais acima* e *estar mais abaixo no curso do rio*. Se há algo que não pode ser revertido são os estados singulares. A situação

¹⁷ *KrV*. A561/B589.

singular do navio na parte mais abaixo do rio pode ser, é verdade, precedida e sucedida por situações do navio na parte mais acima do rio. O que não pode ocorrer é que determinada situação *singular* do navio mais abaixo do rio venha a ser sucedida pela situação *singular* em que o navio se encontrava antes de ter descido a corrente.

Alguém poderá objetar que a irreversibilidade recém descrita está simplesmente baseada na tautologia segundo a qual o anterior (a um estado E) não pode ser posterior (a E). Todavia, talvez o caso do navio em questão revele uma relação mais relevante do que esta platitude.

Podemos identificar uma determinada situação do navio, por exemplo, uma das situações singulares em que ele se encontra mais abaixo no leito do rio, através das propriedades temporais que caracterizam aquela situação. Duas situações do navio na parte inferior do rio diferem por ocorrerem em períodos distintos. Singularizamos a situação através do período em que ela ocorre. Por outro lado, somos incapazes de distinguir intervalos de tempo (períodos) se não nos reportarmos ao que ocorre em intervalos de tempo. De sorte que a referência a períodos singulares depende da referência a eventos singulares. O que o defensor de uma interpretação ontológica da ‘Segunda Analogia’ poderia alegar é que essa dependência *semântica*, que diz respeito às condições de referência, está fundamentada, em última instância, em uma relação de dependência *ontológica*.

A relação seria a seguinte: o que responde pela singularidade de determinado período e, portanto, de determinado estado de objeto que ocorre naquele período, é o fato que aquele estado sucede um estado singular anterior do mesmo objeto. Isso nos leva a uma série de determinações em que a singularidade de um período e situação seria determinada pela singularidade da situação anterior.¹⁸ Desse modo, recuperando o exemplo anterior, a singularidade de determinada situação do navio mais abaixo no curso do rio é tributária da singularidade da situação imediatamente precedente do navio. Em outras palavras, a singularidade de certo estado do navio na parte inferior do rio, digamos B*, é determinada pelo fato que este estado é precedido por uma e não outra situação em que o navio se encontra na parte superior do rio, digamos, por A* e não por A**. Por sua vez, o que determinaria a singularidade dos estados A* e A** é a singularidade dos estados respectivamente precedentes. Nesse caso, não haveria

¹⁸ Ver Melnick (1973, pp.85-88). Note-se, no entanto, que a série de determinações temporais discutida por Melnick é, no entanto, uma série de determinações epistêmicas e não, como pressuposto acima, uma série de determinações ontológicas.

reversibilidade entre A* e B*, já que B* seria o que é precisamente pelo fato de ser precedido por A*.

Observe-se que, nessa interpretação, não se estaria pressupondo nada mais que uma necessidade condicional. Não se está dizendo que os estados A* e B* são necessários, nem mesmo que a sucessão entre eles seja necessária. Tudo o que se afirma é que, caso o estado B* ocorra, então o estado A* deve ter ocorrido. Mais exatamente, a afirmação é que: necessariamente, dado que B* ocorre, então A* precede o estado B*.

Ao admitir apenas uma necessidade condicional, isto é, não absoluta, a presente interpretação esquiva-se de atribuir inconsistência a Kant. Para decidir se essa interpretação é realmente superior à precedente, resta saber se ela é capaz de justificar o princípio de causalidade em sua universalidade irrestrita. Ora, conforme o argumento apresentado, deveríamos considerar a precedência do estado A* como condição necessária da singularidade do estado B*. Mas isso não seria justamente pensar que o estado B* deve ser uma consequência do estado A*, como o efeito é consequência de uma causa? Ademais, considerando que todo evento consiste, para Kant, no surgimento de um novo estado de um objeto, não poderíamos assim concluir que todo evento está determinado causalmente pelo estado que imediatamente precede o surgimento do novo estado?

O problema óbvio dessa sugestão é supor que o próprio estado anterior de um objeto seja a causa da ocorrência do estado seguinte. Fere o bom senso supor que o fato de o navio estar acima do curso do rio seja causa de o navio estar mais abaixo, ou causa de o navio descer a corrente. O máximo que podemos admitir é que a situação do navio mais acima no leito do rio é condição *necessária* da situação singular em que ele se encontra depois de descer a corrente. O que se espera de uma causa, no entanto, é que ela seja uma condição *suficiente* do evento que constitui o seu efeito. Kant é muito explícito nesse ponto, especialmente em *KrV*. A193-4/B238-9. Vale também lembrar que o princípio de causalidade era conhecido como ‘princípio de razão suficiente’. Vemos, assim, que a segunda alternativa de interpretação ontológica depara-se com uma dificuldade não menos importante, já que contraria frontalmente a tese kantiana de que toda causa é condição suficiente de seu efeito.

Pretendo, finalmente, apresentar uma *terceira* interpretação ontológica do argumento kantiano. Defenderei que essa interpretação está livre das dificuldades apresentadas pelas duas alternativas precedentes, uma vez que satisfaz os seguintes

requisitos. Em primeiro lugar, a única necessidade que será atribuída à relação entre estados de objetos é a *necessidade condicional* que qualifica o vínculo entre uma causa e a sucessão de estados que resulta dessa causa. Em segundo lugar, toda causa será concebida como condição *suficiente* de um evento ou sucessão de estados de um objeto e jamais como idêntica a um dos estados que constitui o evento resultante.

O caráter ontológico da interpretação, como nos casos anteriores, deve-se à admissão da premissa segundo a qual as determinações temporais são dependentes das propriedades não temporais de objetos. O que distingue a presente leitura é a ideia de que essa dependência diria respeito à *realidade* dos instantes temporais. Para não me alongar demasiadamente sobre uma questão complexa, gostaria aqui de reportar o leitor a um artigo sobre a ‘Primeira Analogia da Experiência’ em que desenvolvo mais detalhadamente a natureza dessa dependência.¹⁹ Contento-me, nesse momento, em apresentar, em linhas muito gerais, a interpretação que propus naquele texto.

A ideia central é compreender os argumentos das ‘Analogias da Experiência’ como uma reedição da tese aristotélica segundo a qual o tempo depende ontologicamente da mudança. Essa tese é justificada por Aristóteles no contexto de sua resposta ao primeiro dos paradoxos do movimento de Zenão.²⁰ Segundo Aris paradoxo seria engendrado pela suposição de que os infinitos instantes temporais existem *em ato* e não apenas em potência. Se assim fosse, para realizar um determinado movimento, ou mesmo para persistir durante determinado intervalo de tempo, um objeto teria de executar um número infinito de passagens entre instantes, o que seria impossível. A resposta de Aristóteles consiste em conceber a ordem de dependência entre o tempo e o que ocorre no tempo de maneira inversa ao que é pressuposto no paradoxo. A efetiva realidade dos instantes dependeria, assim, das divisões dos intervalos de tempo, por sua vez baseadas nas mudanças que ocorrem nesses intervalos. Um instante teria realidade porque ele é o ponto temporal que marca o surgimento de um novo estado de objeto. Nessa concepção, o número de instantes seria apenas *potencialmente* infinito, pois sua realidade *efetiva* dependeria da realização das possíveis alterações nos objetos.

Resta explicar como essa tese sobre a realidade dos instantes permite justificar o princípio de causalidade. Kant defende, na ‘Primeira Analogia’, que todo evento é uma *alteração*, isto é, uma mudança em que certo objeto adquire ou perde uma propriedade.

¹⁹ Falkenbach (2014, pp.136-155).

²⁰ *Ph.*, VIII, 8, 263^a10 – 263^b9. Ver também *Ph.*, IV, 11, 218^b21 – 219^a1.

Antes de adquirir ou perder a propriedade, o objeto tinha outra realidade. Esquemáticamente, podemos dizer que o objeto *o* não era P e passou a ser P.²¹ A mudança começa em algum momento em que o objeto ainda não é P. Mas não em qualquer momento em que ele não é P. É preciso explicar, então, o que determina a realidade do instante em que o objeto começa a tornar-se P. O momento em que o objeto não é P e que demarca o início da mudança não é determinado pela *não existência* da determinação P que o objeto terá no final. A realidade desse instante deve ser determinada por alguma realidade que ocupa o tempo, mas não por aquilo que já ocorria previamente àquele instante; caso contrário, a mudança não teria começado naquele instante, e sim previamente. O que procuramos é um bom candidato a desempenhar o papel de uma realidade vinculada ao objeto *o* e que fundamente a realidade do instante em que a alteração começa. Não encontro melhor candidato do que a atuação de uma *causa* da mudança sobre o objeto. Mas como esse raciocínio valeria para toda alteração, seria possível concluir, irrestritamente, que todo evento possui uma causa.

Não é difícil compreender que a única necessidade que o argumento anterior nos autoriza a atribuir aos objetos da mudança é uma necessidade *condicional*. A causa foi introduzida como uma condição necessária da realidade do instante em que começa a alteração: *é necessário que, se o objeto começa a mudar, então ele começa a sofrer a influência de uma causa*. Ademais, o início da atuação dessa causa sobre o objeto é concebido como uma condição suficiente da realidade do instante em que começa a alteração. Bem entendido, a atuação da causa sobre o objeto é, por si mesma, um evento; um evento relacionado com um segundo evento, seu efeito, que é a alteração do objeto. Desse modo, a atuação da causa é concebida como condição *suficiente* não apenas na realidade do instante em que começa a mudança, mas da própria mudança. Assim, a presente interpretação também seria capaz de explicar por que a causa é uma condição *suficiente* de seu efeito. Por fim, é fácil notar que a necessidade que caracteriza o presente vínculo entre condição e condicionado é apenas uma necessidade condicional: *é necessário que, se há a atuação da causa C, o objeto o sofre alteração*.

Conclusão

²¹ O esquema vale tanto para a aquisição quanto para a perda de uma propriedade. No segundo caso, porém, a expressão 'P' simboliza a negação de uma propriedade, como 'não-G': o objeto era G e passou a não ser G.

Com essas observações, espero ter esclarecido as vantagens da terceira interpretação ontológica do argumento da ‘Segunda Analogia’ em relação às demais leituras ontológicas discutidas previamente. Além disso, se minha análise na primeira seção deste artigo está correta, essa interpretação também é superior às interpretações semânticas e epistemológicas do argumento kantiano, uma vez que fornece, como vimos, uma justificativa para a validade irrestrita do princípio de causalidade. A superioridade dessa interpretação ontológica autoriza-nos, enfim, a concluir que o argumento kantiano dependeria muito mais de ‘*uma metafísica do tempo*’ do que de uma investigação *epistemológica* ou *semântica* acerca das condições de nosso acesso cognitivo a uma realidade temporal.

Referências

ALLISON, H. *Kant's Transcendental Idealism: an interpretation and defense*. New Haven: Yale University Press, 2004. 2.ed.

ARISTOTELES. *Physics (Ph.)* In: *The Complete Works of Aristotle*. Princeton: Princeton University Press, 1995. vol.1.

BECK, L. W. ‘A Prussian Hume and a Scottish Kant’. In: *Essays on Hume and Kant*. New Haven: Yale University Press, 1978, pp.111-129.

FALKENBACH, T. F. ‘A Primeira Analogia da Experiência: Uma Leitura Não Verificacionista’. In: *Kant e-Prints (Série 2)*, v. 9, n. 2, jul.-dez., 2014.

GUYER, P. *Kant and the Claims of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

KANT, Immanuel. *Kritik der reinen Vernunft*. In: *Werkausgabe*. Bände III und IV. Frankfurt: Suhrkamp, 1996.

_____. *Crítica da Razão Pura*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. Traduzido por Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão.

_____. *Crítica da Razão Pura*. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Traduzido por Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger.

_____. *Critique of Pure Reason*. Trans. P. Guyer and A. Wood. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LONGUENESSE, B. *Kant and the Capacity to Judge: Sensibility and Discursivity in the Transcendental Analytic of the Critique of Pure Reason*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

_____. 'Kant on Causality: What He Was Trying to Prove?'. In: *Kant on the Human Standpoint*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MELNICK, A. *Kant's Analogies of Experience*. Chicago: The University of Chicago Press, 1973.

PATON, H.J. *Kant's Metaphysic of Experience: A Commentary on The First Half of the Kritik der reinen Vernunft*. London, George Allen & Unwin Ltd. 1970. V.2.

STRAWSON, P.F. *The Bounds of Sense: an Essay on Kant's Critique of Pure Reason*. London: Methuen. 1966.

WATKINS, E. *Kant and the Metaphysics of Causality*. Cambridge, Cambridge University Press. 2005.